

Pará é o 4º em demissão de servidor

FEDERAL

Punições atingiram 22 funcionários do governo, segundo relatório da CGU

BRASÍLIA

RAFAEL QUERRER
Da Sucursal

Relatório divulgado ontem pela Controladoria-Geral da União (CGU) revela que até o mês passado o Estado do Pará teve 22 servidores federais expulsos de cargos públicos por responsabilidade em casos de improbidade administrativa. Na comparação por Unidade da Federação este é o quarto maior número de punições aplicadas a agentes públicos por condutas desonestas. Com mais medidas punitivas aplicadas estão o Rio de Janeiro (70), São Paulo (55) e o Distrito Federal (49), localidades com número maior de servidores ativos em relação ao Pará (16.128). No Rio de Janeiro, a CGU contabiliza 101.686 funcionários, em São Paulo, são 41.495 estatutários, e no Distrito Federal, 65.695. Em todo o País foram 362 punições aplicadas até o oitavo mês do ano. Deste total a CGU aponta 288 demissões, 27 cassações de aposentadorias e 47 destituições de cargos.

O Ministério da Previdência Social foi o órgão que mais sofreu baixas em 2014 (115), seguido do Ministério da Justiça (46), do Ministério da Educação (60), do Ministério da Fazenda (38), do Ministério da Saúde



Balanco das expulsões

Servidores expulsos de cargos públicos por responsabilidade em casos de improbidade administrativa

	2003 A 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL DE PENAS EXPLUSIVAS	QTDE. DESERVIDORES ATIVOS NA UF	PERCENTUAL
Amazonas	97	19	20	22	16	8	17	199	9,392	2,12%
Mato Grosso	61	7	49	12	9	16	7	161	8,73	1,84%
Roraima	75	7	11	18	4	10	6	131	7,407	1,77%
Maranhão	52	13	15	18	18	11	1	128	9,113	1,40%
Amapá	87	4	3	3	8	2	10	117	8,965	1,31%
Pará	80	9	30	22	16	21	22	200	16,128	1,24%
São Paulo	188	48	41	65	55	50	55	502	41,495	1,21%
Tocantins	17	1	6	7	5	8	4	48	3,972	1,21%
Paraná	84	15	20	42	20	27	14	222	20,223	1,10%
Ceará	61	14	25	16	29	11	11	167	16,04	1,04%
Mato Grosso do Sul	20	3	7	18	24	24	2	98	9,471	1,03%
Espírito Santo	42	15	12	7	6	9	9	100	10,159	0,98%
Distrito Federal	262	62	59	57	53	94	49	636	65,695	0,97%
Pernambuco	98	11	16	16	17	11	21	190	21,018	0,90%
Bahia	87	10	24	17	20	22	11	191	21,668	0,88%
Alagoas	26	3	6	9	5	8	6	63	7,433	0,85%
Rio de Janeiro	271	98	94	108	108	94	70	843	101,686	0,83%
Santa Catarina	71	8	10	5	13	14	11	132	16,092	0,82%
Roraima	22	7	8	9	5	12	1	64	8,141	0,79%
Goiás	46	12	5	6	11	11	7	98	12,533	0,78%
Sergipe	25	1	-	3	10	6	1	46	5,94	0,77%
Acre	9	1	4	4	3	3	-	24	3,358	0,71%
Rio Grande do Norte	38	2	13	5	9	11	1	79	12,789	0,62%
Paraíba	43	3	7	6	11	12	1	83	15,145	0,55%
Rio Grande do Sul	82	21	14	12	13	8	14	164	32,287	0,51%
Minas Gerais	101	31	18	22	17	23	11	223	50,321	0,44%
Piauí	13	8	1	4	1	2	-	29	7,557	0,38%
TOTAL	2,058	433	518	533	506	528	362	4,938	542,758	0,91%

(31), do Ministério do Transporte (15) e do Ministério do Trabalho e Emprego (12). A pasta da previdência teve 108 demissões e sete cassações esse ano. Entre 2009 e 2014, o órgão também esteve em evidência em relação ao número de punições (790) expulsivas. Na ordem aparecem, novamente, o Ministério da Justiça (540) e o Ministério da Educação (460). No mesmo período, no

Brasil, foram mais de 2.500 expulsões, sendo que pelo menos 120 delas foram no Estado do Pará. Num espaço de tempo mais largo (2003 a 2014) a CGU conta 4.938 penas expulsivas, com a "participação paraense" em 200 casos.

A CGU enviou ao Ministério Público Federal (MPF), semana passada, a lista mais recente com nomes expulsos entre 2009 e 2014. A

Ministério da Previdência Social foi o órgão que mais sofreu baixas em 2014

5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal informou que as demissões ocorreram em quase todos os ministérios, assim como órgãos ligados

a eles e agências de regulação. O relatório, segundo a Controladoria, representa o compromisso entre a CGU e o MPF para o fortalecimento do combate à corrupção no País. O documento apresentado pela Controladoria poderá subsidiar eventuais ações criminais e de improbidade administrativa, caso ainda não tenham sido propostas, contra os servidores demitidos.

PROTOCOLO

A Câmara pretende, ainda, consolidar as medidas jurídicas adotadas pelo MPF e alimentar um banco nacional sobre a atuação do órgão. Esses dados consolidados serão repassados à CGU, que também contabilizará esses números como resultado da atuação conjunta. De acordo com o coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - que se dedica ao combate à corrupção -, Nicolao Dino, os dados serão repassados às unidades do MPF nos Estados, onde funcionam núcleos de combate à corrupção - braço do MPF que investiga malfeitos com recursos públicos.

A parceria entre o MPF e a CGU foi celebrada no dia 4 de setembro na forma de Protocolo de Cooperação Técnica. O Protocolo é subscrito pelo ministro Jorge Hage, da CGU, e pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A CGU possui em cada ministério uma unidade do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, parte da atuação da CGU no combate à impunidade na esfera administrativa pública. Cada ministério pode analisar casos de expulsão de servidores, mas casos considerados "delicados" ou "complexos" são conduzidos pela própria CGU.

De acordo com a CGU, responsável pela fiscalização interna no Executivo, as punições são aplicadas por envolvimento de funcionários em diversos tipos de irregularidades, principalmente relacionadas à corrupção.

PRA QUEM TEM O ESPÍRITO 4X4 NA SUA ESSÊNCIA.

L200 Triton
A partir de **R\$ 76.990,00***

Pajero Dakar
A partir de **R\$ 146.990,00***

Respeite a sinalização de trânsito



Ananindeua: Mário Covas, 555. Tel.: (91) 3075 9000
 Belém: Dom Romualdo Coelho, 648. Tel.: (91) 3075 9200
 Belém: Benjamin Constant com Municipalidade, s/n. Tel.: (91) 3075 2900
 Paragominas: Av. Presidente Vargas, 726. Tel.: (91) 3521 1000



Condições válidas até 31/10/2014 ou enquanto durarem os estoques, limitada a 02 unidades por concessionária, podendo sofrer alterações sem aviso prévio. *Valor à vista de tabela do veículo. L200 Triton HPE Diesel mecânica, ano 2014/modelo 2015 a partir de R\$ 76.990 à vista. Pajero Dakar, mecânico ano 2014/modelo 2015 a partir de R\$ 146.990 à vista. Oferta válida para pagamento à vista ou financiado. Cadastro sujeito à análise e aprovação pelo Banco Mitsubishi. Veículos em conformidade com o Proconve. Imagens meramente ilustrativas.